

## **Perlaboração de mecanismos defensivos em relação ao trabalho em empreendimentos de Economia Solidária**

Sanyo Drummond Pires<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende contribuir para uma fundamentação teórica, a partir da experiência em Incubadoras de Empreendimentos de Economia Solidária, sobre a manutenção, dentro do processo de incubação, de mecanismos defensivos frente ao trabalho adaptados às experiências anteriores dos trabalhadores em empreendimentos de lógica capitalista heterogestionária. É analisado teoricamente como a manutenção desses mecanismos defensivos pode ocorrer a partir da noção de compulsão à repetição e perlaboração pensada a partir da psicanálise, da teoria crítica e da psicodinâmica do trabalho, bem como das ações voltadas para a superação desses mecanismos defensivos inadequados para o contexto atual do trabalhador da economia solidária.

**Palavras-Chave:** Incubação; Economia Solidária; Mecanismos Defensivos.

### *Working-through of defensive mechanisms in relation to work in Entrepreneurship of Solidary Economy*

**Abstract:** This article intends to contribute to a theoretical basis based on the experience in Incubators of Solidarity Economy Enterprises, on the maintenance, within the incubation process of defensive mechanisms against work adapted to the previous experiences of the workers in enterprises of heterogeneous capitalist logic. They are theoretically analyzed as the maintenance of these defensive mechanisms can occur from the notion of repetition compulsion and Working-through, thought from psychoanalysis, critical theory and work psychodynamics, and actions aimed at overcoming these defensive mechanisms inadequate for the current context of the solidarity economy worker.

**Keywords:** Incubation; Solidarity Economy; Working-through.

## **1. Introdução**

A economia solidária é marcada por sua coexistência com o modelo de produção capitalista, o que sugere a participação nas suas atividades como uma experiência conflitiva. Essa dimensão conflitiva vai se expressar em aspectos diversos, como em relação à compreensão das práticas econômicas e de gestão, das possibilidades de formalização dos empreendimentos, das formas de apropriação dos bens produzidos e das formas de organização e representação social dela decorrentes. Porém, para além desses aspectos econômicos e sociais, também a vivência subjetiva dos trabalhadores frente à economia solidária se dá de forma conflitiva, devido à presença de diferentes valores e intencionalidades que o sujeito vivencia no empreendimento e fora dele (PIRES; COUTO; ALVES, 2013).

Por essa inserção conflitiva, os processos ligados à economia solidária devem ser marcados pelo que Carvalho e Pires (2004) chamaram de vigilância epistemológica, ou seja, uma ação sistemática

<sup>1</sup> Doutor em Psicologia pela Universidade São Francisco. Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Psicólogo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Endereço Postal: Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, KM 12, Caixa Postal 364, MS-162, Dourados - MS, CEP 79804-970. E-mail: sanyodrummond@yahoo.com.br

de verificação do uso de conceitos e compreensões que fundamentam o entendimento dos processos realizados em seu âmbito. Tal fato tem importância em função de que o uso de compreensões e valores ligados ao modo de produção capitalista, além de não possibilitar a compreensão dos processos em ações de economia solidária, também causa toda uma série de novos problemas, que inviabilizam a existência dessas ações.

Essa discrepância entre as ideias que regem a vida cotidiana do sujeito, marcada pela cultura capitalista na qual ele está inserido, e as que ele deve desenvolver para gerenciar os empreendimentos de economia solidária coloca em questão a necessidade de um espaço onde as compreensões sobre o trabalho, a gestão e o sentido dos empreendimentos econômicos dos quais o sujeito participa possam ser revistos (EID, 2004). As incubadoras de tecnologias sociais, ou de empreendimentos de economia solidária, surgem como uma resposta a essa necessidade, servindo, além disso, também, como espaço para repensar políticas públicas de geração de trabalho e renda e de articulação entre diferentes empreendimentos. O intuito é fortalecer adensamentos de cadeias produtivas, que potencializem tanto os empreendimentos, quanto o modelo produtivo proposto pela economia solidária (DAGNINO, 2012).

O processo de incubação tem, então, uma função educativa em que a aquisição de conhecimentos sobre economia solidária ocorre em conjunto com a resignificação das práticas de trabalho, em uma interação de conhecimentos técnicos e sociais (CULTI, 2006). Todavia, além disso, são trabalhados também os valores relacionados ao trabalho e à produção de riquezas, bem como novas formas de sociabilidade e de expressão de si por meio do trabalho. Questões relacionadas à saúde, desenvolvimento comunitário e a articulação entre o trabalho e o projeto de vida assumem posições centrais (BARFKNECHT; MERLO; NARDI, 2006).

Tal processo de ampla resignificação, no entanto, precisa ser considerado não só do ponto de vista da transmissão de novos valores, conceitos, métodos de trabalho e organização, mas também em função do impacto na dinâmica intersubjetiva dos trabalhadores. Nesse sentido, o presente trabalho busca apresentar uma reflexão teórica em relação ao processo de incubação de empreendimentos de economia solidária. Será analisada a necessidade de reestruturação dos mecanismos defensivos em relação ao trabalho, que é instaurada pela mudança das relações laborais às quais o trabalhador estará submetido dentro da economia solidária.

## **2. A Perlaboração e sua aplicação no contexto social e do trabalho**

Embora as resistências sejam mais comumente abordadas em psicanálise, a partir do seu entendimento dentro de um contexto de técnicas de manejo clínico, ou seja, enquanto ações que se opõem ao processo de análise, ao serem abordadas, elas podem ser analisadas também enquanto processos constitutivos do sujeito nos fornecem uma compreensão mais ampla de seu sentido. Nessa compreensão, podemos perceber que a resistência é um elemento central na sustentação da organização psíquica e na capacidade de o sujeito se defender, não só de forma patológica, mas também como elemento central da

manutenção de sua saúde e bem-estar (PANIACO, 2008).

O problema principal é quando os elementos que foram excluídos dessa organização psíquica, por apresentarem ameaças, mantêm-se presentes justamente por expressarem necessidades internas ou externas, que precisam ser satisfeitas. E essa organização psíquica (e seus sucedâneos sociais, organizacionais e maquínicos como veremos adiante) não consegue, em função da falta de flexibilidade desses mecanismos defensivos, encontrar uma forma de inserir essas demandas em seu esquema de funcionamento, o que vai gerar a busca da satisfação dessas demandas por meio de sintomas, ou de outras manifestações que pareçam alheias às intenções do sujeito (MAIA, MEDEIROS, FONTES, 2012).

O processo de explicitação dessas resistências levaria, aos poucos, à sua compreensão e integração nesse sistema organizativo do sujeito. Porém, um tipo específico de resistência continua se opondo a esse processo de integração; pois, nele, os conteúdos que demandam integração, ao invés de emergirem como recordações de ideias e sentimentos, vão se apresentar na análise como repetições de comportamentos, que, por se apresentarem de formas e em contextos diferentes, não são percebidos pelo sujeito. No entanto, o mais importante, nesse caso, é que nessas repetições, não só ocorrem satisfações de elementos ligados a desejos e necessidades do sujeito, mas fluxos de descarga de energia psíquica, que muitas vezes estão associados somente a experiências traumáticas e de desprazer, desligadas de sentido.

Segundo Freud (1920/1996), algumas experiências não estiveram ligadas à geração de prazer em nenhum momento, mas foram realizadas pelo sujeito, de modo falho. Essa falha geralmente ocorre em função das situações que geraram excitações muito intensas, e o psiquismo não conseguiu eliminar essa energia de maneira satisfatória, havendo uma ruptura na atividade psíquica de ligação dessas excitações às representações psíquicas e, então, sua descarga. No entanto, pela sua intensidade, essa descarga, que teve que ocorrer de forma incoerente com a organização do aparelho psíquico, acaba criando um caminho de descarga psíquica, alheia ao princípio do prazer organizador do psiquismo, levando ao que Freud chamou de compulsão à repetição. Ou seja, há uma tendência a repetir a descarga de energia psíquica por um caminho específico, que não está articulado com a organização do psiquismo dada em função do princípio do prazer (FREUD, 1911/1996). Essa tendência foi chamada por Freud (1920/1996) de compulsão à repetição e demandaria um tipo de processo diferente para sua elaboração, que é a perlaboração.

Segundo Freud (1914/1996), o conceito de perlaboração se refere à atividade de reestruturação dos mecanismos de defesa psíquica inconscientes. Este processo se dá fundamentalmente em função da superação dos dois elementos que sustentam os mecanismos defensivos: a não elaboração psíquica desses elementos, ou seja, a não revisão (seja ela consciente ou não) da relação entre esses mecanismos defensivos inconscientes estruturados geralmente para situações infantis ou traumáticas e sua realidade atual; e a compulsão à repetição, ou seja, a atuação inconsciente, por meio de comportamentos que retomam posicionamentos relacionados às vivências infantis ou traumáticas.

O que a noção de perlaboração vem nos mostrar é que o ato de interpretar e descrever as causas das ações, do sofrimento, derivados desses mecanismos de defesa e de posicionamentos inadequados frente à realidade para o sujeito, ainda que esse a compreenda, não surte muito efeito em termos de

uma modificação efetiva nos processos defensivos inconscientes. É necessário que essas manifestações inconscientes que emergem como comportamentos não percebidos pelo sujeito sejam colocadas lado a lado e explicitadas sua relação, para, então, buscar uma ressignificação, não das lembranças, mas do que se busca com esses comportamentos repetidos de forma inconsciente. As causas desses comportamentos, no entanto, só podem ser ressignificadas (ou significadas) a partir de experiências que possibilitem a percepção de novas formas de posicionamento e sensações frente a elas, o que coloca duas necessidades básicas: tempo e um campo de ação que possibilite novas experiências (CRUZ, 2012).

Apesar de as descrições propostas por Freud indicarem, de maneira geral, processos psíquicos internos do sujeito, como nos mostra Marcuse (1975), esses mecanismos defensivos, bem como os processos relacionados à compulsão à repetição, não se estruturam só como comportamentos individuais, mas se expandem, criando formas sociais que expressam estratégias defensivas coletivas, presentes na cultura na qual o sujeito está localizado; e aprendidas e assimiladas como próprias dele. Tais formas defensivas também atuam de forma inconsciente e sob os processos de compulsão à repetição, tanto para o sujeito quanto para o grupo do qual participa.

A consideração das questões pulsionais, como a compulsão à repetição e outras manifestações da pulsão de morte, é um elemento central em Freud para pensar os problemas sociais (FREUD, 1930/1996). Apesar dessa centralidade, foram pouco abordadas ou simplesmente deixadas de lado nas revisões teóricas que articulavam a psicanálise com o marxismo. Marcuse procurou então articular as duas teorias, incluindo as questões pulsionais, seguindo duas linhas principais. Na primeira delas, ele articula as relações de submissão e assujeitamento impostas pelas relações sociais à organização dos elementos repressivos do sujeito, que, pela centralidade da autopreservação no direcionamento psíquico dentro do social, os processos sociais se expressam como uma mescla de liberdade com opressão, concepções essas ainda dentro da linha de pensamento Freudiana. Porém Marcuse ultrapassa tal concepção com uma segunda afirmativa, a de que, na civilização atual, em função de seu desenvolvimento tecnológico e de sistema de controle, o princípio de realidade, que serve como elemento organizador das satisfações psíquicas, é substituído pelo princípio de desempenho, que faz com que a organização psíquica se dê não em função das necessidades ou demandas do id, do superego ou da realidade, mas do aparato tecnológico e de dominação social (MUNIS, 2010).

Freud (1926/1996) já nos mostrara que grande parte da repressão psíquica estava associada à percepção de elementos que, caso irrompessem na consciência, poderiam levar o sujeito a situações de perigo, incluindo os perigos dados pela repressão do social. No entanto, as pessoas, mesmo de uma mesma classe social, podem se posicionar de formas diferentes frente às questões postas por sua realidade social. Então, apesar da influência de questões sociais, a dinâmica psíquica se dá em função dos arranjos de saciação pulsional estruturados pelo/no sujeito. Além disso, tal estruturação se dá também no próprio conflito insuperável entre o sujeito e o social. E, a partir da compreensão desse conflito, a mesma análise de que as diferentes pulsões são expressões do homem, não podendo haver uma associação entre pulsão de vida – bem, pulsão de morte – mal, também as ações construtivas ou destrutivas no âmbito do social não

poderiam ser interpretadas de forma direta, necessitando de uma análise de sua função para o sujeito mais do que de um julgamento moral. Nesse sentido, a consideração das pulsões proposta por Marcuse coloca a questão da necessidade de não ideologização da interpretação psíquica, principalmente a partir de um atrelamento a valores como o progresso, a saúde, ou a felicidade (MUNIS, 2010).

A inserção dos elementos sociais não se mostra então somente como um elemento a mais a ser considerado, mas como um elemento intimamente imbricado com os processos psíquicos de defesa. Para que os processos de elaboração possam ocorrer de forma completa, o sujeito precisa, então, lidar tanto com a necessidade de compreender e superar as causas das situações que levaram à estruturação das formas defensivas, quanto com os processos psíquicos coletivos de defesa em relação a essas causas, que atuam por meio da compulsão à repetição, no sentido de recriar as condições sociais para a sua ocorrência.

Aqui, a dimensão do tempo aparece como um elemento definidor do processo de perlaboração que ultrapassa a função de possibilitador técnico da atividade clínica (Freud, 1914), assumindo uma dimensão de fundamento constitutivo de tal processo; pois, além de inserido em uma dimensão social, marcada pela vivência intersubjetiva, os mecanismos defensivos e a compulsão à repetição vão ser compreendidos também a partir de uma dimensão histórica. Adorno (1963/2003, p.49) vai chamar atenção para o fato de que “O passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou”. Embora essa constatação se refira também a aspectos socioeconômicos objetivos que intermediam as relações entre as pessoas, é sua referência à dimensão subjetiva que vai nos importar aqui, ou seja, o papel das formas defensivas na economia psíquica mais ampla do sujeito.

Porém, além do tempo, é necessário também, para que o processo de perlaboração ocorra, condições concretas que possibilitem um espaço de reconstrução de formas defensivas frente às situações que causaram as compulsões à repetição. E, para além de um espaço no âmbito do social, o histórico se refere fundamentalmente à evolução das relações do homem com o trabalho e com a apropriação dos produtos dele decorrentes (ENGELS, 1977). Nesse sentido, nos processos históricos, o social pode ser entendido como tendo o trabalho como um de seus estruturadores centrais, e a análise das repetições também pode ser compreendida a partir da análise das repetições impostas pelas relações e pela organização do trabalho.

O resistir às situações de exploração e assujeitamento no trabalho instaura uma série de valores, vinculações subjetivas e estéticas que têm sua gênese não no sujeito, mas nas construções culturais de classe, estruturadas em face de situações de exploração. O processo de elaboração desses elementos passaria pela recordação e análise da repetição na prática laboral e na atividade de participar da determinação da organização e do sentido dessa prática, dos interesses aos quais as ações do sujeito estão voltadas e do contexto histórico ao qual respondiam, sob o risco de que as reações psíquicas frente a situações histórico-sociais reestabeleçam essas mesmas situações.

Essas recordações devem buscar superar principalmente concepções ideológicas, que fazem com que esse lembrar venha crivado de equívocos. Como nos mostra Adorno (1965/2003), no mundo atual, a técnica acaba deixando de ser percebida como instrumento do homem e passando a ser *fetichizada*, ou seja, percebida como algo possuidor de existência por si mesma. Existência essa atrelada a sua função



de maximização de desempenho (das técnicas e tecnologias em si ou de quem as representa ou estrutura o seu discurso), o que levaria o sujeito a elegê-la como guia para si, sem questionar que essas técnicas são determinadas por outrem, constituindo assim uma situação de submissão dos sujeitos não a um outro percebido dentro de um conflito de classes, mas a um outro *fetichizado*, quase como uma lei da natureza. A superação dessa perspectiva passaria não só pela rememoração da relação do sujeito com a técnica, ou de um esclarecimento de sua existência como artefato humano, mas também das expectativas que ele possui em relação a ela e dos ganhos que ele espera ter, colocando-a como elemento estruturante de sua dinâmica psíquica em relação ao social (e, no nosso caso, ao trabalho).

Segundo Cassadei (2010), essas repetições inconscientes do passado se mostram, assim como na clínica individual, de forma velada. Sua rememoração ocorre como eufemismos, negações, minimizações, nos quais vai haver desvinculações de emoções com os fatos ocorridos. No entanto, diferente da clínica individual, que remete mais à atemporalidade do inconsciente, ela traz a dimensão do lembrar para espaços onde também vão ser considerados processos repressivos decorrentes de situações históricas de classe e do grupo social ou laboral ao qual o trabalhador pertence. Se tratado fora do processo de compreensão histórica, a experiência de mudança do posicionamento frente a relações de trabalho deixa de poder ser vivenciada como um processo de desenvolvimento do sujeito em relação à sua realidade concreta, para passar a ser vivenciada somente como uma experiência de ruptura. Além disso, como nos mostra Green (2007), não só as repetições, mas também os silêncios e os estados de torpor sem preenchimentos de sentido seriam expressões dessa compulsão à repetição, o que levaria à necessidade de uma compreensão para além das resistências em si.

Além disso, vão ocorrer também as lembranças encobridoras que, da mesma forma, vão se referir à resistência em relação às sensações frente às quais não se constrói uma ligação simbólica, típica das situações traumáticas, que vai acabar se expressando por meio das repetições. Nesse sentido, é preciso um cuidado em especial, pois o processo de interpretação dentro de um contexto histórico de vivências intrassubjetivas pode levar a uma construção interpretativa aceita socialmente que se estruture como uma narrativa com função de encobrir a necessidade de atribuição de sentido da experiência concreta; operando, assim, não em função de seu desvelamento, mas de sua ocultação (BOHLEBER, 2007).

Aqui, porém, cabe destacar a especificidade, dentre a multiplicidade de elementos constitutivos da experiência histórica, das relações de trabalho. Os processos defensivos, embora se expressem de forma geral na interligação entre a vida psíquica e a social dos sujeitos e grupos, encontram nas atividades laborativas um espaço de reflexão especial. Segundo Dejours (1987), o trabalho, de uma forma ou de outra, vai gerar sofrimento ao sujeito e, por consequência, uma ação sistemática de mobilização dos sujeitos e grupos para se defender frente a esse sofrimento. Tais formas defensivas podem, no entanto, atuar no sentido não de buscar superar as situações que causam o sofrimento, mas buscar uma negação do mesmo, através de um entorpecimento do trabalhador em relação ao seu sofrimento. Tal negação sustenta ainda mais a compulsão à repetição; pois, como precisa ser constantemente reforçada, vai servir de base para um conjunto de atividades da vida cotidiana do sujeito que, ao mesmo tempo em que ultrapassam as relações

de trabalho, também criam condições que a reforçam.

Propomos aqui uma analogia possibilitada pelas relações de trabalho, na qual os sistemas da organização das rotinas fabris, e do trabalho de maneira geral, bem como os ritmos, tempos e movimentos ditados por esses sistemas e pelas máquinas presentes no sistema de produção, acabam por reforçar os processos compulsivos de repetição. Assim como os derivados da situação traumática, essas imposições ao corpo do trabalhador pela organização também não encontram, muitas vezes, ligações simbólicas na gênese de sua estruturação, só podendo ser apreendidas enquanto fantasia, sendo conseqüentemente experienciadas somente como descargas motoras desarticuladas da organização psíquica.

O processo de possibilitar a emergência desses elementos causadores de sofrimento para que possam ser perlaborados se dá, então, a partir do ato de o trabalhador falar sobre o próprio trabalho em um contexto coletivo, onde as vivências de sofrimento (e também de prazer) no trabalho e as significações atribuídas a essas vivências são discutidas, dentro do que Dejours (2004) chamou de perlaboração coletiva. Tal discussão busca explicitar os sistemas e modelos organizados de agir frente a esse sofrimento laboral, mas só pode ocorrer dentro de uma mobilização para a reapropriação do próprio trabalho e da vontade de emancipação do próprio trabalhador.

É importante ressaltar aqui que essa apropriação do trabalho, como mostra Dejours (1987), vai ocorrer em função da apropriação do trabalho prescrito no trabalho real. Porém, deve-se diferenciar se essa apropriação se dá somente enquanto processo defensivo frente a uma situação de heteronomia nas relações de trabalho, ou enquanto um modo de apropriação objetiva da concepção e organização do processo produtivo, que passa não só pela posse legal da máquina ou da empresa, mas também da posse da concepção que funda e organiza todo o sistema produtivo. Caso isso não ocorra, o trabalhador continua, mesmo sendo dono da empresa e/ou organizado autogestionariamente, a se sujeitar a um sistema de organização do trabalho estruturado em função de gerar o controle e a exploração do trabalhador (VARANDA; BOCAUYVA, 2009).

### **3. A perlaboração no trabalho de incubação de Empreendimentos de Economia Solidária**

Apesar de sua importância, somente a construção de um espaço onde a fala possa ocorrer não é suficiente para que esses mecanismos defensivos possam ser perlaborados. Temos percebido que as manifestações defensivas frente ao trabalho de sujeitos oriundos de modelos heterogestionários ou extremamente precarizados de relações de trabalho mantêm-se, ainda que a possibilidade de expressão seja permitida e a situação concreta de trabalho se modifique, principalmente em processo de incubação de Empreendimentos de Economia Solidária. Tais ações defensivas não só não possibilitam a defesa dos trabalhadores frente aos elementos agressivos ao sujeito presentes nas relações de trabalho da economia solidária, como também causam uma série de outros problemas, devido à fragilização dos laços sociais e aos prejuízos na construção de espaços de apropriação da concepção e gestão coletiva do trabalho.

As ações desenvolvidas para a perlaboração desses mecanismos defensivos se realizam a partir

da explicitação das relações sociais de trabalho e pela análise, com os grupos, do papel que elementos simbólicos e imaginários ligados às representações do trabalho e do desejo frente ao trabalho ocupam na organização dessas manifestações defensivas e na economia psíquica do sujeito.

Esse processo passa pela identificação, presente na fala dos trabalhadores, de sua trajetória de trabalho e das atribuições de valores e expectativas em relação aos elementos ligados ao trabalho e, caso seja necessário, à desconstrução desses valores enquanto algo lhe seja favorável ou não. Um exemplo comum é a percepção de que o progresso da organização do trabalho se daria pela inserção de elementos típicos do modo de produção capitalista, como um galpão com uma esteira, ou uma linha de montagem. Nesse caso, é necessário perceber qual a expectativa frente a essa construção imaginária que os trabalhadores criam e como essas construções se articulam com os seus desejos. Porém, é necessário também mostrar a função que tais elementos possuem dentro do contexto de produção para o qual foram desenvolvidos (nesse caso, principalmente, o controle e o disciplinamento do trabalhador a partir de tempos e movimentos pré-definidos para o incremento da extração de força de trabalho).

Não adianta simplesmente falar do desejo se ele se expressa somente como fantasia, construída a partir de elementos alienantes à situação concreta do sujeito, assim como não adianta mostrar para eles, de forma didática, as funções desses modelos de organização e tecnologias no sistema de exploração e de trabalho heterogerido. É necessário que o processo de perlaboração se dê a partir de uma dupla atividade dentro do processo de incubação. Ao mesmo tempo em que possibilita um espaço de construção da interpretação das vivências defensivas frente ao trabalho, a partir de um processo de análise de vinculações desses mecanismos defensivos com a economia psíquica do sujeito, também torna possível a aquisição de novas chaves interpretativas, oriundas da experiência acumulada da classe trabalhadora, inserindo assim a reflexão sobre tais questões ao âmbito da discussão histórica, e não somente grupal.

Nesse caso, o ato de perlaborar esses elementos defensivos, que levam à repetição, não vão passar somente pela fala, mas por um espaço de expressão em que as atividades de trabalho, de gestão e de participação do processo de tomada de decisão sobre os sentidos dos empreendimentos de economia solidária sejam o objeto de rememoração sobre o qual vai se dar a análise. É necessário que o processo de recordar e repetir sejam não somente ditos (embora isso seja extremamente importante), mas também atuado enquanto ato laborativo, em que as determinações estabelecidas pela organização produtiva e pelas máquinas também participem do processo de elaboração. E, mesmo nesse processo, é preciso ficar atento, para que, mais uma vez, as construções interpretativas se deem em função das necessidades objetivas dos trabalhadores e do grupo, e não em função somente de valores relacionados à maximização da produção, ou da progressão financeira por si só.

Essa, a nosso ver, é uma questão crucial a ser considerada nos processos de economia solidária. Marx (1891/2012) já colocava uma crítica ao cooperativismo, em função de que esse criava ilhas de trabalhadores que se utilizavam coletivamente de práticas e concepções do capital para obter sucesso financeiro, em meio a um mar de trabalhadores assujeitados. Tal perspectiva, ao menos enquanto pretensão que mobiliza os trabalhadores, mostra-se presente, por ser a perspectiva da vivência social geral na qual o



trabalhador se encontra.

Tal processo pode ser compreendido, em sua dinâmica psíquica, a partir do que Enriquez (1994) chamou de Imaginário Enganador. Esse se dá enquanto a mobilização de um ideal para o sujeito, mobilizado pela organização (no nosso caso, o grupo que quer constituir um empreendimento de economia solidária), “tenta prender os indivíduos nas armadilhas de seus próprios desejos de afirmação narcisista”. Porém, essa afirmação narcisista tende a se dar, nos grupos a serem incubados, em função de valores ligados a um modelo heterogestionário de pensar o trabalho. Ainda que no discurso manifesto tais valores não se expressem de forma direta, eles aparecem tanto na dimensão simbólica de suas falas, como na expressão imaginária das cenas nas quais se veem em um futuro de sucesso do empreendimento, expressando formas colonizadas de conceitos e imagens que só possuem valor dentro de relações de trabalho que sustentam relações de exploração.

Termos como “patrão de si mesmo”, ou “isso aqui é uma grande família”, bem como o sonho no qual se veem em um galpão com uma esteira ditando tempos e movimentos, ou com lojas no shopping center seriam a expressão concreta de valores de um modelo dominante de exploração que serve como referência de sucesso e de aceitação social na cultura geral na qual esses trabalhadores estão inseridos. Estes termos também vão colonizar esse imaginário enganador que os mobilizará em direção a buscar metas incongruentes com as propostas de organização do trabalho da economia solidária. Tal questão, então, remete-nos a nossa segunda necessidade, ou seja, a de fornecer, dentro do mesmo processo no qual acontece a análise das relações defensivas, novas concepções simbólicas e imaginárias para os trabalhadores, oriundas do acúmulo do movimento dos trabalhadores e da economia solidária.

É interessante recuperar aqui o conceito de consciência popular trágica (CHAUÍ, 2000), que nos mostra a situação na qual os grupos populares se veem quando precisam instituir novas formas de ação frente às conformações sociais já estruturadas. A consciência, assim como o processo de tomada de consciência, nesse sentido, é popular porque ocorre dentro da vivência ambígua sobre a percepção de si das classes populares, marcadas pela sua posição desprivilegiada de construção de sentido dentro da divisão social e dos conflitos advindos dessa posição. E, trágica, em função de que “descobre a diferença entre o que é e o que poderia ser e, por isso mesmo, transgride a ordem estabelecida, mas não chega a construir outra existência social, aprisionada nas malhas do instituído” (CHAUÍ, 1996, p.178).

A tomada de consciência das ações defensivas frente ao trabalho e da dinâmica de satisfação pulsional a elas ligadas vai demandar então um complemento que possibilite que se ultrapasse no grupo a dimensão do intersubjetivo para o histórico. Porém, da mesma forma, vale a pena ressaltar novamente que a simples exposição dos trabalhadores a elementos de compreensão acumulados nas práticas de trabalho e de mobilização social de outros trabalhadores e de participantes da economia solidária de maneira geral também demanda um passo a mais, no qual o sujeito busca articular essas compreensões que lhe são transmitidas, com sua existência enquanto indivíduo; considerando que essa existência também é marcada pelo fato de ele ser portador de uma dimensão psíquica inconsciente.

#### 4. A questão transferencial no processo de incubação

Mais uma vez aqui é interessante estabelecer um paralelo com as concepções clínicas da psicanálise, voltadas para a clínica do sujeito, pensando-as de forma adaptada à situação de incubação de empreendimentos solidários, a partir da consideração das noções relacionadas à transferência no processo analítico. Os processos transferenciais se referem ao direcionamento, para a figura do analista, das posições infantis adotadas pelo paciente, principalmente para as figuras parentais. A transferência é também uma forma de defesa e está intimamente associada ao processo de perlaboração. Além de se dar como uma repetição de elementos defensivos por meio de atuação, ela também cumpre uma função defensiva frente ao processo de mudança proporcionado pela análise, buscando, através de uma demanda de amor, de aceitação, que a estruturação psíquica atual seja aceita e acolhida sem interferências (FREUD, 1925/1996).

Quando pensamos tal questão em relação ao processo de incubação de empreendimentos de economia solidária, podemos perceber que é necessário, para que o processo de capacitação possa ocorrer, também estar constantemente atento para a manifestação dos processos transferenciais. Deve haver uma vigilância em relação aos conteúdos ideológicos ou dos arranjos linguísticos presentes no conteúdo a ser ministrado para os trabalhadores de forma a analisar se eles contribuem para construir novas compreensões e novos arranjos defensivos frente às situações de exploração e assujeitamento presentes na economia solidária, ou se as reforçam.

Mas essa vigilância deve se ater também ao trabalho em relação aos conteúdos psíquicos e à função que as fantasias desempenham em relação ao processo de constituição de um imaginário enganador e, conseqüentemente, da alienação do sujeito. É importante não deixar de levar em conta que a própria relação com os técnicos presentes no processo de incubação, e com o processo de incubação em si, pode se configurar como uma resistência à percepção ou à mudança desses conteúdos defensivos previamente estruturados.

A própria relação entre o corpo técnico da incubadora e os membros dos grupos incubados precisa ser analisada em função de possíveis arranjos relacionais que levam a restrições de espaços de fala, ou mesmo a situações veladas de compromisso ou cobrança. A explicitação dos processos transferenciais e contratransferenciais nos mostra também elementos da própria dinâmica interna da estruturação dos empreendimentos e das dinâmicas defensivas que são estabelecidas em relação à assunção da organização do trabalho e do empreendimento por parte dos trabalhadores.

Embora se refira a um grupo de mecanismos defensivos oriundos de diferentes fontes dos mecanismos defensivos que visam à perlaboração (Freud, 1926), na transferência, o sujeito, por atuar em relação ao analista, revive situações de suas vivências infantis, tendendo a repeti-las também a partir da atuação. Fazendo um paralelo com a situação de incubação, o que boa parte dos envolvidos nesse processo tende a perceber é que vai existir um direcionamento, também para os técnicos responsáveis pelo processo de incubação de posições não só infantis (que também vão aparecer), mas também das estratégias de defesa, demandas e desejos que ficaram reprimidas em relação aos superiores hierárquicos e padrões na

experiência laboral da história dos trabalhadores e, em alguns casos, da história laboral de seus grupos culturais.

Para além da fantasia de poder participar dos privilégios associados à classe capitalista, almejando interesses individuais e de participação em uma estrutura hierárquica superior, como proposto por La Boetie (1571/1999) ou de uma atribuição de poder a um outro mistificado (Freud, 1930/1996), vai existir também toda uma ampla gama de expectativas de relações de dádivas construídas dentro do próprio sistema de produção capitalista (Lana, 2000; Matos, 2013; Gomes, 2015), que foi frustrada e que será atualizada e dirigida aos membros da equipe técnica da incubadora. E, como diria Freud (1914), o paciente (no nosso caso, os trabalhadores dentro de um processo de incubação) tende, nessas situações, a regalar-se nos sintomas, expondo todas essas situações transferenciais, e as posições infantis e dependentes que elas expressam, de forma que chegam a ser muitas vezes exageradas.

## **5. Decorrências práticas**

A ação de buscar a perlaboração dos mecanismos defensivos frente ao trabalho, então, não visa a substituir, no processo de incubação, a atividade de transmissão de conhecimentos sobre autogestão, autonomia e outros conceitos relacionados ao mundo do trabalho ou da economia solidária. Ainda se fazem necessárias essas ações que se expressam nos cursos de capacitação dos grupos incubados e devem ser discutidas dentro do âmbito da educação. A busca de um processo de perlaboração deve servir como um elemento que perpassa o processo de incubação e de capacitação, e a ele deve estar associado, principalmente no que diz respeito à verificação empírica da assimilação dos conceitos repassados pelo grupo na atividade concreta do trabalho.

Embora não seja a pretensão desse artigo fornecer uma descrição detalhada desse processo, é importante ressaltar que as atividades ligadas a tal processo demandariam duas ações básicas. A primeira se refere à transmissão de informações, nas atividades de capacitação técnica, na qual a atividade de ensino deve se dar em consonância com a atividade de escuta das resistências ao que está sendo transmitido e, antes de tudo, o entendimento, por parte do capacitador, de que a mente não absorve informações tal como um computador absorve dados. Ela se posiciona frente a essas informações e se defende delas, e é justamente essa defesa que só vai ser manifesta se houver um espaço para isso dentro do contexto das atividades de capacitação.

É preciso compreender que os processos psíquicos inconscientes, onde as diferentes vivências e momentos da vida do sujeito e das experiências culturais dos grupos sociais, ocorrem todos ao mesmo tempo, fora de uma perspectiva linear de história. E precisam buscar uma articulação que forneça não um sentido, compreendido como um sentido lógico linear, ou sintético, mas uma sobreposição, onde coexistem diferentes momentos, sentidos e experiências (FREUD, 1930/1996).

A segunda ação se refere à consideração empírica do trabalho como o espaço no qual as questões discutidas no processo de capacitação vão de fato fazer sentido. Aqui, remete-se à escuta da estrutura

discursiva da atividade em si, seja ela a atividade de produção, seja de participação nos processos de gestão da organização produtiva (CARVALHO; PIRES, 2001). E essa escuta não se resume a discussões com os grupos (embora essas também sejam importantes em função de se estruturarem em um espaço que supere as impossibilidades de diálogo muitas vezes estabelecidas pela organização produtiva). A escuta das resistências deve se dar também nas ações que expressem modos de fazer e de se inserir na organização produtiva. Para além do fazer técnico, tais atividades de escuta expressam e só serão entendidas quando analisadas dentro da perspectiva da história de vida do sujeito em relação ao trabalho.

A atividade laboral e sua apropriação pelo trabalhador enquanto indivíduo, no que diz respeito a sua atividade específica, e enquanto grupo, e em relação à organização do trabalho coletivo vão ser, então, os espaços por excelência para que os mecanismos defensivos inconscientes sejam atuados e destacados na sua repetição e trabalhados. E é na própria atividade do trabalho (conjuntamente com as atividades de elaboração simbólica, que vão ocorrer nas falas dos trabalhadores durante as atividades em grupo) que vai se dar a reestruturação desses mesmos mecanismos defensivos, de forma a criar modos de ser no trabalho mais adequados à vivência da economia solidária.

## 6. Considerações finais

A discussão sobre os processos psíquicos inerentes à economia solidária e, dentre estes, a questão dos mecanismos defensivos frente ao trabalho, coloca questões que precisam ser discutidas pelos pesquisadores da economia solidária. Primeiro, porque apontam para a continuação da necessidade de se defender em relação ao trabalho, criando assim um ambiente epistêmico de questionamento dos processos de idealização frente ao trabalho que muitas vezes podemos perceber tanto nos grupos quanto em alguns pesquisadores e técnicos. Mas, além disso, mostra-nos nuances, muitas vezes, não percebidas, associadas ao porquê da opção de uma saída da situação de assujeitamento por meio da economia solidária, ou seja, a consideração do sujeito e de sua promoção como finalidade de seus engajamentos.

Procuramos mostrar com esse artigo que são muitos as possibilidades de mal entendidos aos quais não só os membros dos grupos incubados, mas também os pesquisadores e a equipe técnica das incubadoras estão sujeitos. E mal entendidos que, inconscientes, nem se percebem enquanto tais, ainda que sob uma análise rigorosa, do ponto de vista teórico ou ideológico.

Mais que isso, a consideração do psiquismo traz a necessidade de repensar quais os valores que são agenciados pela economia solidária. Dentre eles, um de grande importância é a consideração da saúde mental como um valor, que deve ser produzido e ser feito circular, como qualquer outro valor. Essa perspectiva já vem sendo adotada por diferentes autores (GODBOUT; CAILLE, 1999; MOTA, 2004; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005), a partir de diferentes contextos, mas sempre nos mostrando que, se pretendemos criar um novo modelo econômico, que valorize o sujeito, o ato de produção deve estar, ele próprio, articulado com a promoção de valores, e aqui a noção de valor precisa ser expandida. Mesmo mantendo como base a noção de valor como algo que é produzido pelo homem (e não dado pela natureza)

e que possua valor de troca (ainda que essa troca se dê a partir de outras perspectivas que não a troca quantitativamente pré-determinada), podemos inserir a saúde, o bem-estar psíquico, como um valor e uma riqueza a serem produzidos. Com isso, poderíamos compreender muito do comportamento dos grupos no processo de incubação e, principalmente, organizar nosso trabalho de forma mais adequada, que considere o sujeito em sua riqueza de manifestações.

## Referências

- ADORNO, T. O que significa elaborar o passado. In: ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963/2003. p. 29-50.
- ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: Adorno, T. W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965/2003. p. 119-138.
- BARFKNECHT, K.S.; MERLO, A.R.; NARDI, H.C. Saúde Mental e Economia Solidária: Análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção em Porto Alegre. **Psicologia & Sociedade**; v. 18, n. 2, p. 54-61, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/psoc/v18n2/07.pdf>. Acesso em 14 out. 2016.
- BOHLEBER, W. Recordação, trauma e memória coletiva: a luta pela recordação em psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise**, n. 41, v. 1, p. 154-175, 2007. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0486-641X2007000100015](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2007000100015). Acesso em 27 jan. 2017.
- CARVALHO, R.; PIRES, S. (2001) Em busca de novas solidariedades: os empreendimentos da economia social em questão. **Sociedade e Estado**, n. 16, v. 1-2, p. 159-185, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a08.pdf>. Acesso em 16 out. 2016.
- CARVALHO, R.; PIRES, S. Para além dos aspectos econômicos da Economia Solidária. In: GAIGER. L.I.G. (Org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004, p.189-228.
- CASADEI, E. O papel da memória nas ramificações da cultura em Theodor W. Adorno e Walter Benjamin. **BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, v. 1, p. 1-18, 2010. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-casadei-teorias.pdf>. Acesso em 12 out. 2016.
- CHAUI, M. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 6a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- CHAUI, M. (2000) Entrevista com Marilena Chauí. In NOBRE, M.; e REGO, J. M. (Orgs.) **Conversas com Filósofos Brasileiros**. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 299-336.
- CRUZ, J. Considerações sobre o(s) tempo(s) na direção da análise: Um percurso na clínica psicanalítica em Freud e Lacan. 2012. 171f. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103432>. Acesso em 12 out.2016.
- CULTI, M. N. O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários. 2006. 250f. **Tese** (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, USP, São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20062007-120131/pt-br.php>. Acesso em 14 out.2016.



- DAGNINO, R. Elementos para avaliações de incubadoras universitárias de cooperativas. **Revista Latinoamericana de economia social y solidária**, n. 6, v. 11, p. 184-197, 2012. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2012.611.08/1308>. Acesso em 14 out.2016.
- DEJOURS, C. **A loucura do Trabalho**.. Curitiba: Editora Cortez, 1987.
- DEJOURS C. Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L.I. (Orgs.), **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 47-104
- EID, F. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. In: PICANÇO, I.; TIRIBA, L. (Org.). **Trabalho e Educação: Arquitetos, Abelhas e Outros Tecelões da Economia Popular Solidária**. São Paulo: Idéias & Letras, 2004. p. 167-188.
- ENGELS, F. (1977), Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, K.; ENGELS, F., **Textos 1**. São Paulo: Edições Sociais, 1977. p. 5-60.
- ENRIQUEZ, E. **A Organização em Análise**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- FREUD, S. **Formulações sobre dois princípios do funcionamento mental**. Edição Standart Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Volume XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1911/1996.
- FREUD, S. **Recordar, Repetir, Elaborar**. Edição Standart Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Volume XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1914/1996.
- FREUD, S. **Além do princípio de prazer**. Edição Standart Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Volume XVIII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1920/1996.
- FREUD, S. **Um estudo autobiográfico**. Edição Standart Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Volume XX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1925/1996.
- FREUD, S. **Inibição, Sintoma e Ansiedade**. Edição Standart Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Volume XX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1926/1996.
- FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Edição Standart Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Volume XXI. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1930/1996.
- GODBOUT, J.; CAILLÉ, A. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GOMES, F. Amizades muito hierárquicas: direitos e emoções nas relações entre domésticas e patroas. **Cadernos de Campo (São Paulo)**, v. 24, 2015. p. 290-315. Disponível em [www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/download/98272/114096](http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/download/98272/114096). Acesso em 30 jan. 2017.
- GREEN, A. Compulsão à repetição e Princípio do Prazer. **Revista Brasileira de Psicanálise**, n. 41, v. 4, 2007. p. 133-141. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0486-641X2007000400013](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2007000400013). Acesso em 18 jan. 2017.
- LA BOETIE, E. **Discurso da servidão voluntária ou O contra Um**. São Paulo: Brasiliense. 1571/ 1999.
- LANA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva. **Revista Sociologia Política**, v. 14, 2000. p. 173-194. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/viewFile/3565/2822>. Acesso em 30 jan.2017.
- MAIA, A.B., MEDEIROS, C.P., FONTES, F. O conceito de sintoma na psicanálise: uma introdução. **Estilos da Clínica**, v. 17, n. 1, p. 44-61, 2012. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282012000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282012000100004). Acesso em 08 fev. 2018.



MARCUSE, H. **Eros e Civilização**. Rio de Janeiro: Zaar Editores, 1975.

MATOS, H. (2013) A dívida como potencialidade nas organizações. **Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, v. 6, p. 1-13, 2013. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/viewFile/35301/21916> Acesso em 30 jan. 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde Mental e Economia Solidária: Inclusão Social pelo Trabalho**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. Disponível em <http://www.ee.usp.br/departamento/nucleo/CComs/doc/Sm%20e%20economia%20solid%20aria.pdf>. Acesso em 31 jan. 2017.

MOTA, L. **A dívida da sobriedade: a ajuda mútua nos grupos de alcoólicos anônimos**. Editora Paulus, São Paulo, 2004.

MUNIZ, P. S. De “Além do princípio de prazer” ao “Além do princípio de desempenho”: ressonâncias das teorias das pulsões no pensamento de Herbert Marcuse. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia). 2010. 132f. Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo (USP): São Paulo. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-09022011-113959/es.php>. Acesso em 19 jan. 2017.

MARX, K. **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo: Editora Boitempo. 1891/2012

PANIAGO, I. M. L. A resistência e a Constituição Psíquica: Implicações para a Clínica Psicanalítica. **Tese** (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília (UnB): Brasília. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1231>. Acesso em 18 jan. 2017.

PIRES, S.; COUTO, G.; ALVES, A. Constituição dos mecanismos de defesa psíquicos e sociais no trabalho autogestionário. In: VASCONCELOS-SILVA, A.; BUENO, M. (Org.). **Novas concepções sobre organizações e trabalho**. Catalão: Editora UFG, 2013, p. 158-170.

VARANDA, A.; BOCAYUVA, P. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ. 2009.